

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.140 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2000



Maldaner afirma que o congelamento da tabela do IR é inaceitável

CASILDO MALDANER COBRA CORREÇÃO DA TABELA DO IR

PÁGINA 2



Para Suplicy, governo quer apenas ajustes pontuais ao invés de reforma ampla

SUP LICY VÊ DESCUIDO COM REFORMA TRIBUTÁRIA

PÁGINA 6



Freire: recuperação dos danos causados pelas enchentes é prioritária

FREIRE PEDE SUSPENSÃO DE DÍVIDAS DE PE E AL

PÁGINA 7

SUBCOMISSÃO DO JUDICIÁRIO

- JOSÉ JORGE APONTA OMISSÃO NO CASO DO TRT DE SÃO PAULO
- SENADORES BUSCAM APOIO DA RECEITA PARA AS INVESTIGAÇÕES
- JUIZ GARANTE QUE A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA NÃO FUNCIONOU
- EDUARDO JORGE ENVIA SUAS INFORMAÇÕES BANCÁRIAS E FISCAIS

PÁGINAS 3 A 5

Juízes do TRT-SP depõem na subcomissão, que tem como presidente Renan Calheiros e como relator José Jorge



Senado apreciará projeto que restringe propaganda de fumo

Projeto de lei que limita a propaganda comercial de cigarros, aprovado pela Câmara dos Deputados, já está no Senado. A proposta, que também proíbe o patrocínio de atividade cultural ou esportiva por parte dos fabricantes de produtos à base de tabaco, deverá ser apreciada simultaneamente pelas comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. O prazo para apresentação de emendas à matéria, que será analisada em regime de urgência constitucional, é de cinco dias, contados a partir de hoje.

PÁGINA 2



Bernardo Cabral observa que incentivos fiscais visam à redução das desigualdades regionais

CABRAL ALERTA PARA RISCO À ZONA FRANCA DE MANAUS

O senador Bernardo Cabral teme que as alterações na Lei de Informática, que estão sendo discutidas em três comissões do Senado, destruam a Zona Franca de Manaus, responsável pela sustentação econômica da região.

PÁGINA 7

NADA DE ANÚNCIOS

Pelo projeto, ficam proibidos:



Publicidade de cigarros associada à prática de atividades esportivas ou que sugira ou induza a seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais

Anúncios que incluam a participação de crianças ou adolescentes



Propaganda fixa ou móvel de cigarros em estádio, pista ou local similar

Propaganda, venda e distribuição de amostra ou brinde de cigarros pelo correio

Visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público



Senadores examinarão projeto que restringe a propaganda de fumo

Já tramita no Senado projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados limitando a propaganda comercial de cigarros e proibindo o patrocínio de atividade cultural ou esportiva por empresas cujos produtos são feitos à base de tabaco. A matéria, que tem urgência constitucional de 45 dias, será apreciada simultaneamente pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). O prazo para apresentação de emendas será de cinco dias, a partir de hoje.

O projeto, de autoria do deputado federal Roberto Brant (PFL-MG), prevê que a propaganda comercial de cigarros não poderá ser associada à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais. Também não poderá ser incluída a participação de crianças ou ado-

lescentes.

Se o texto aprovado na Câmara por aceito no Senado, também passará a ser proibida a propaganda, venda e distribuição de amostra ou brinde de cigarros pelo correio, bem como a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabelecimento de ensino ou local público. O projeto também veta a propaganda fixa ou móvel de cigarros em estádio, pista ou local similar.

Caberá à União, de acordo com o projeto de Roberto Brant, adotar políticas de incentivos fiscais, creditícios e tecnológicos visando à criação de culturas alternativas à do fumo, para compensar a diminuição de empregos no setor. O governo também deverá estabelecer políticas de compensação financeira para os estados e municípios pelas possíveis perdas de receitas tributárias decorrentes da execução da lei.

Maldaner pede correção da tabela do Imposto de Renda

Se a atualização ocorrer conforme a variação da Ufir, a atual faixa de isenção passará de R\$ 900 para R\$ 1.155, afirma parlamentar

O congelamento da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que na prática permite à Receita Federal arrecadar mais, foi criticado ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). A faixa de isenção para declaração do IRPF, lembrou Maldaner, está congelada em R\$ 900 desde janeiro de 1996. Caso esse valor fosse atualizado pelo índice de variação da Ufir (28,4%), o limite subiria para R\$ 1.155.

— O que tem acontecido é inaceitável, sob todos os aspectos. É algo que revolta a sociedade e macula a competência demonstrada pelo governo federal na área da arrecadação tributária — afirmou.

O senador informou que duas ações contra esse congelamento, impetradas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Sindicato dos Auditores Fiscais (Unafisco), obtiveram liminares favoráveis da Justiça, permitindo que os associados dessas entida-



Maldaner: "O que tem acontecido é inaceitável. É algo que revolta a sociedade e macula a competência do governo na área tributária"

des recolham menos imposto no exercício de 2000.

Maldaner explicou que a OAB e a Unafisco alegam que a falta de correção da tabela do Imposto de Renda fere os princípios constitucionais da igualdade, da capacidade contributiva, da vedação do confisco, da legalidade tributária e do direito de propriedade.

— Chamo, portanto, as autoridades competentes à consciência. Corrija-se imediatamente a tabela do IRPF no exercício de 2000, de acordo com o índice reclamado de 28,4%, e faça-se o ajuste no imposto pago pelo contribuinte brasileiro. Não aceitaremos nada menos do que isso — disse.

Parlamentar propõe uso da Libras pela TV Senado

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto de resolução para que a TV Senado crie em toda sua programação mecanismo de interpretação do português para a Língua Brasileira para Surdos (Libras). O projeto prevê que a Secretaria de Comunicação Social do Senado implementará o serviço, estando autorizada a realizar contratação de profissionais especializados na área exigida.

— Essa proposta objetiva criar mecanismo de integração e informação também para essa catego-

ria da sociedade, que representa 2% da população brasileira. São cerca de 4 milhões de pessoas excluídas da possibilidade de exercer sua cidadania, participando da vida política do país, o que é uma forma rigorosa de discriminação — enfatizou o senador na justificação da matéria.

Para Casildo Maldaner, a proposição tem elevado alcance social e valoriza a participação dos deficientes auditivos, "que constitucionalmente têm os mesmos direitos que qualquer cidadão do país".

Brasil 500



QUINTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

José Jorge vê omissão no caso do TRT-SP

Relator da Subcomissão do Judiciário lembra que “as decisões em um tribunal são coletivas” e alerta: “Ou o Tribunal Regional do Trabalho lidera as apurações sobre o desvio de R\$ 169 milhões, ou ficará com sua imagem comprometida”

O relator da Subcomissão do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), entende que os juízes do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) encarregados da licitação e do acompanhamento da construção do edifício do fórum trabalhista foram (ou ainda estão sendo) omissos em relação às irregularidades cometidas no decorrer da obra. O senador manifestou-se sobre o andamento das investigações ontem, durante audiência em que foram ouvidos quatro integrantes do TRT vinculados, em diversos momentos, à construção.

– As decisões em um tribunal são coletivas. Embora o juiz Nicolau dos Santos Neto fosse bastante poderoso, é óbvio que alguém o ajudava. Quem acompanhou o andamento da obra deveria ter notado as irregularidades. Se não o fez foi no mínimo omissos – disse José Jorge.

Dizendo-se “frustrado” com a modesta contribuição dos juízes ao esclarecimento das irregulari-

dades na obra, José Jorge criticou o TRT por não ter aberto inquérito interno depois que um relatório apontou a necessidade de cancelamento do contrato entre o tribunal e a construtora Incal. Para o relator, ou o tribunal lidera as apurações sobre o desvio de R\$ 169 milhões, ou ficará com sua imagem comprometida junto à opinião pública.

José Jorge mostrou-se especialmente decepcionado com as respostas dadas pelo juiz Décio Sebastião Daidone, que fez parte da comissão de acompanhamento da obra juntamente com Nicolau e Sérgio Pratner. Daidone alegou não ter recebido maiores informações sobre o andamento da obra, que ficava a cargo do presidente do TRT. O juiz afirmou ter visitado o canteiro somente em duas ocasiões. Na ausência de Nicolau, Daidone liberava os pagamentos ao engenheiro Gama e Silva, contratado por R\$ 1,5 mil mensais para acompanhar a obra. O relator observou que o salário pedido pelo



José Jorge (à direita de Renan Calheiros) vê o trabalho da subcomissão como “um quebra-cabeças” que vai sendo montado aos poucos

engenheiro – frente ao vulto do prédio – o torna suspeito.

Depois da audiência, José Jorge avaliou o trabalho da subcomissão como “um quebra-cabeças” que vai sendo montado aos poucos por meio de audiências, exame de documentos e a quebra do sigilo de informações bancárias, telefônicas e fiscais de pessoas relacionadas à obra. Citou como exemplo o esclarecimento dado pelos juízes quanto à participação direta do Tribunal Superior do

Trabalho no desenrolar da obra. Até então, afirmava-se que o TST apenas repassava recursos ao TRT para a continuidade da construção. Conforme o relator, serão requeridas informações ao ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge relativas ao período posterior à sua passagem pelo governo (janeiro de 1995 a abril de 1998). O relator não descartou a possibilidade de novamente convocar Eduardo Jorge para depor.

Ex-integrante diz que comissão de fiscalização da obra não atuou

Em depoimento prestado ontem à Subcomissão do Judiciário, o juiz trabalhista Décio Sebastião Daidone informou que o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto centralizou o trabalho de acompanhamento da construção do fórum trabalhista de São Paulo. Ele afirmou que a comissão criada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) para fiscalizar a obra não chegou a exercer esse papel. Daidone integrou o colegiado entre 1994 e 1998.

– A nomeação da comissão obedeceu a um costume e ela praticamente não tinha outra atribuição que a de ter um presidente, que era o doutor Nicolau – disse Daidone na abertura da quarta audiência pública promovida pela subcomissão que investiga o desvio de recursos públicos ocorrido durante a construção do prédio do fórum trabalhista.

Os três outros juízes que participaram da reunião apresentaram detalhes sobre o funcionamento de outra comissão – da qual fizeram parte – criada pelo TRT em 1998, desta vez para apurar os motivos pelos quais a obra acabou sendo paralisada. Dois deles defenderam a conclusão da construção do fórum trabalhista, sob o argumento



Décio Sebastião Daidone afirmou que o juiz Nicolau centralizava o acompanhamento da obra

de que 10 mil pessoas que necessitam dos serviços da Justiça transitam diariamente sem conforto por cinco prédios nos quais têm funcionado as juntas de Conciliação e Julgamento.

O juiz Antonio José de Carvalho lamentou os gastos de R\$ 2,7 milhões anuais com os aluguéis pagos pelo TRT e o desconforto dos usuários. “As irregularidades levantadas nada têm a ver com os operários e os empresários”, afirmou. Por sua vez, o ex-juiz classista Edilson Rodrigues apontou a existência de um consenso em torno da necessidade de encontrar uma solução para os usuários da Justiça. “O fato de qualquer pessoa de bom senso apoiar a obra facilitou o desvio de recursos”, disse.

De acordo com os depoentes, a comissão de acompanhamento da obra do TRT criada pelo atual presidente do tribunal, juiz Floriano Vaz da Silva, observou a diminuição do ritmo de construção do fórum e anotou divergências em relação à execução física dos trabalhos pela construtora. Também foram constatadas mudanças no projeto original. A empresa responsável pela obra deixou de lado, por exemplo, a instalação de 16 elevadores panorâmicos no edifício do TRT, sob o argumento de que os futuros usuários eram pessoas simples e não estariam habituadas com a utilização desses elevadores.

Uma vez verificadas as irregularidades e a posterior paralisação das obras, relataram os juízes, Floriano Vaz da Silva determinou a instauração de procedimento administrativo pela comissão, que acabou levando à rescisão do contrato com a Incal Participações, empresa vencedora da concorrência para a construção do prédio.



Carvalho contou que a diretoria administrativa do TRT teve atuação “limitada”

O juiz Antonio José de Carvalho, indicado por Floriano para compor a comissão em fevereiro de 1999, disse que as irregularidades que passaram a ser detectadas não eram até então conhecidas pela diretoria administrativa do tribunal. Ele reforçou a tese de que os detalhes da obra eram tratados diretamente pelo ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio de R\$ 169,4 milhões dos cofres públicos.

– Cumprir esclarecer que a diretoria administrativa teve limitada atuação no que diz respeito a todo o processo, documentos, tratativas e decisões referentes ao fórum trabalhista, que ficaram, desde o momento do procedimento licitatório, em 1992, sob a exclusiva responsabilidade e guarda da comissão de construção.

Carvalho afirmou ainda à subcomissão que “a diretoria administrativa nada conhecia de mais profundo do seu conteúdo até a efetiva destituição do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto”.

Senadores reúnem-se com secretário da Receita

O presidente da Subcomissão do Judiciário, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), acompanhado de outros senadores, reúne-se hoje, a partir das 11 horas, com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Os senadores explicarão ao secretário a necessidade de a Receita colaborar nas investigações relativas ao desvio de R\$ 169 milhões da obra do fórum trabalhista de São Paulo.



Subcomissão discutirá com Everardo Maciel a colaboração da Receita

Na próxima terça-feira, a subcomissão realizará mais uma reunião, destinada a analisar requerimentos com pedidos de informação e convocação de depoentes. O relator, senador José Jorge (PFL-PE), prometeu apresentar até lá relatório sobre todos os requerimentos pendentes. José Jorge não prevê prazo para dar parecer sobre os documentos enviados ontem pelo ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge.

– Não posso cometer o mesmo erro dos procuradores, que falaram sobre documentos que ainda não haviam lido – disse o relator.

Távola aponta pouco conteúdo nos depoimentos

Para o senador, as informações prestadas pouco têm contribuído para as investigações da Subcomissão do Judiciário sobre o desvio de verbas na obra do fórum trabalhista de São Paulo. Quatro juízes foram ouvidos ontem pelo colegiado

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) voltou a criticar a falta de informações concretas nos depoimentos de autoridades ouvidas pela Subcomissão do Judiciário que investiga o superfaturamento da obra do fórum trabalhista na capital paulista. Sem essas informações, sustenta o parlamentar, será difícil encontrar pistas que apontem o destino dos R\$ 169 milhões desaparecidos durante a construção do edifício pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Segundo Artur da Távola, os depoimentos não têm ajudado em quase nada para que a verdade sobre a obra seja esclarecida. Exemplo disso, mostrou, foi o comparecimento ontem à subcomissão de quatro juízes que acompanharam a licitação e a obra.

O juiz Décio Sebastião Daidone, membro da comissão de acompanhamento e de licitação da obra entre 1994 e 1998, mostrou-se “surpreso” com o desfecho do caso do TRT e disse que o



Segundo Artur da Távola, faltam informações concretas para apurar as denúncias



Juiz Edilson Rodrigues: foram usados materiais de baixa qualidade na obra do TRT

superfaturamento “foi uma bomba atômica que afetou a própria credibilidade dos juízes trabalhistas de São Paulo”. Mas ao ser indagado por Artur da Távola se ele havia desconfiado, em algum momento, da existência de irregularidades durante as obras, o juiz foi enfático: “A comissão de licitação nunca foi ouvida pelo juiz Nicolau dos Santos Neto”.

Por sua vez, o juiz Luís Carlos Gomes Godoy, presidente da co-

missão de licitação do TRT-SP no período de setembro de 1998 a fevereiro de 1999, informou que a liberação dos recursos suplementares para as obras dava-se diretamente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para a conta da construtora Incal, responsável pela obra. O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o juiz acabava de prestar uma informação contrária à fornecida pelo diretor-geral do TST, José Geraldo

Lopes, que garantiu em depoimento perante a subcomissão, na última terça-feira, que a verba era antes encaminhada para o TRT. O juiz admitiu que houve irregularidades na obra e acredita que não foi somente o juiz Nicolau dos Santos Neto o responsável pelos desmandos.

— Acho que outras pessoas contribuíram para isso — afirmou, sem no entanto citar nomes. Segundo Godoy, os juízes têm poucas informações sobre as atividades administrativas do tribunal, inclusive as obras, por atuarem somente nas tarefas judiciárias.

O juiz Antônio José de Carvalho acrescentou que Nicolau dos Santos Neto era considerado “um imperador” e um homem “bastante fechado” em suas decisões, não permitindo a ninguém saber o que ele realmente fazia. Os funcionários e juízes do TRT-SP, disse, não tinham acesso a ele. O juiz Edilson Rodrigues, integrante da comissão de acompanhamento da obra, re-

velou que foram usados na construção materiais inferiores aos estabelecidos no cronograma original. “Mas tudo foi pago conforme estava previsto na licitação”, informou.

ESCLARECIMENTO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou a todos os depoentes se tinham conhecimento do paradeiro do juiz Nicolau dos Santos Neto. Todos responderam que não. Para Suplicy, o juiz Nicolau deveria entregar-se às autoridades e esclarecer para a opinião pública toda a questão envolvendo a obra do TRT paulista. “É do interesse nacional que o juiz Nicolau se apresente”, observou Suplicy.

O parlamentar perguntou ainda a Luís Carlos Godoy o que achava da extinção da Justiça do Trabalho. O juiz afirmou que o Judiciário deve ser autônomo e independente. Quanto aos TRTs, afirmou que são necessários para que se mantenha a justiça no relacionamento entre empregado e empregador.

Parga estranha desconhecimento dos juízes sobre irregularidades

O senador Bello Parga (PFL-MA) afirmou aos quatro juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo convidados a depor na Subcomissão do Judiciário que é hora de os próprios magistrados fazerem um laudo *post mortem* de todas as circunstâncias que envolveram o desvio de verbas e as fraudes na construção do prédio inacabado do fórum trabalhista na capital paulista. “Como é possível que se tenha chegado a esse ponto, a esse nível de irregularidades, sem um sinal interno de alerta? Não havia sequer um sistema interno de acompanhamento?”, questionou o senador.

Quem respondeu a Bello Parga foi o juiz Luís Carlos Gomes Godoy, presidente da comissão de licitação do TRT paulista entre os anos de 1998 e 1999. Segundo disse, o ingresso na magistratura é um *tour de force*, que exige um grande preparo, esforço e uma conduta ilibada. “Por isso, admito que exista até um

certo espírito de corpo, e nos deixa perplexos ver de repente um colega acusado de atos de tal gravidade”, observou Godoy.

O juiz afirmou ainda que o grande erro do atual modelo é a autonomia administrativa do Judiciário para obras e licitações públicas. “Não é da natureza do Judiciário executar obras. O juiz não é preparado para isso, não temos conhecimentos técnicos”, justificou Luís Carlos Gomes Godoy.

Uma vez que o juiz Décio Sebastião Daidone havia dito que o episódio caiu sobre os membros do tribunal como “uma bomba atômica”, o senador Bello Parga pediu aos quatro juízes uma “autópsia dessa bomba atômica”.

— Como foi possível tamanha concentração de poder nas mãos do juiz Nicolau? Como o senhor, que era um dos membros da comissão de obras, não tinha conhecimento do que acontecia? — insistiu Bello Parga.

Em resposta, o juiz Daidone afirmou: “Não tinha acesso aos autos,

Parga: “Não havia sistema interno de acompanhamento?”



não recebia nenhuma explicação do juiz Nicolau, que tinha sua própria estrutura, sua própria sala com secretária para tratar da obra. Ele tinha seus contatos em Brasília para liberar verbas e por isso não dava satisfações a ninguém”. O juiz afirmou ainda que não tinha tempo para exercer suas funções na comissão de obras. “Minha turma chegou a julgar 200 processos em um dia”, justificou.

O senador Bello Parga perguntou ainda aos juízes se a centralização de decisões, nos tribunais, no presidente é o sistema mais adequado. O juiz Luís Carlos Godoy respondeu que o centralismo

O juiz Luís Carlos Gomes Godoy defendeu o fim da autonomia do Judiciário para realização de obras



“pode gerar irregularidades, e neste caso específico realmente gerou”.

FRIGORÍFICO

No encerramento da reunião, o senador Edison Lobão exibiu documentos que recebeu do Frigorífico Chapecó, de Santa Catarina, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre o financiamento concedido à empresa em 1998. “Ambos os documentos mostram que a decisão de conceder o empréstimo foi correta, porque hoje o frigorífico exporta US\$ 55 milhões, manteve os quatro mil empregos que estavam ameaçados e até criou outros novos”, relatou Lobão.

O caso do empréstimo ao frigorífico foi mencionado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) durante o depoimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge. O ex-ajudante do presidente Fernando Henrique teria intermediado o empréstimo junto ao então presidente do BNDES André Lara Resende. Em seu depoimento, Eduardo Jorge afirmou que, à época, era apenas coordenador da campanha presidencial de Fernando Henrique. Como haveria uma viagem a Chapecó, ele apenas quis saber se o empréstimo seria liberado para situar o presidente.

Eduardo Jorge entrega dados bancários e fiscais

Informações recebidas pela Subcomissão do Judiciário incluem declarações de renda, listas de ligações telefônicas e extratos de cinco bancos nacionais, relativos à época em que o ex-secretário trabalhou na Presidência da República

O advogado do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, José Gerardo Grossi, entregou ontem à Subcomissão Permanente do Judiciário uma pasta contendo informações sobre a movimentação bancária, a situação fiscal e as ligações telefônicas feitas pelo ex-secretário.

Ao receber as informações, o presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que elas serão “muito úteis” para a continuidade dos trabalhos. “Os documentos são importantes para que possamos esclarecer dúvidas”, afirmou Renan Calheiros, antes de passar a pasta às mãos do relator da subcomissão, senador José Jorge (PFL-PE).

Foram entregues à subcomissão dados sobre a movimentação ban-

cária de Eduardo Jorge e de sua mulher durante o período de 1º de janeiro de 1995 a 14 de abril de 1998, tempo em que ele esteve à frente da Secretaria-Geral da Presidência da República. A subcomissão recebeu extratos de cinco bancos nacionais. Consta também da pasta o saldo – mas não o extrato – de conta mantida no exterior pelo ex-secretário.

O advogado entregou ainda as declarações de renda de Eduardo Jorge e de sua esposa referentes aos exercícios de 1995 a 1999, além de uma lista das ligações feitas e recebidas pelos dois em seus telefones privados de 1995 a 1998. Grossi informou ao presidente da subcomissão que está à disposição para fornecer outras informações que venham a ser consideradas necessárias.



O advogado de Eduardo Jorge, José Gerardo Grossi (E), após entregar os documentos a Renan Calheiros

Subcomissão não pode virar ouvidoria, afirma Amir Lando

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse ontem que a Subcomissão do Judiciário é um órgão de investigação e não pode agir feito uma ouvidoria, apenas escutando quem tem alguma coisa a dizer. “Acho que essa subcomissão tem de investigar e diligenciar para trazer fatos, porque os fatos têm um peso específico, um valor em si mesmos, o que não é o caso dos depoimentos”, destacou o senador.

Na opinião dele, a subcomissão está “num atoleiro, numa zona morta, numa situação em que não vai nem para a frente nem para trás”. Faltam à subcomissão vontade política, planejamento e metodologia estratégica para elucidar o desvio de recursos da obra do TRT-SP, na avaliação do senador. “Se a gente fica feito beija-flor, não chega a lugar nenhum, talvez colha o mel das flores perfumadas de quem quer manter as coisas como estão. E eu não vou emprestar minha cara para tanto”, disse o parlamentar.

Para Amir Lando, o caminho para a investigação das irregularidades começa com o auxílio do Banco Central e passa por uma assessoria parlamentar competente, acompanhada pelo Tribunal de Contas da União, pela Procuradoria-Geral da República e pela Polícia Federal. Com a experiência de relator da CPI do PC, o senador afirmou que a Subcomissão do Judiciário também não pode prescindir de especialistas em inquérito, porque quem entende e



Amir Lando: “Temos o dever de ir a fundo, descobrir o que aconteceu e expor à nação”

trabalha com inquéritos tem uma utilidade maior nesses casos.

Ele ressaltou que a vontade política é essencial. “Se houver vontade e honestidade de propósitos, a subcomissão pode ir às últimas consequências, porque terá como respaldo o próprio Plenário na quebra de sigilo, seja telefônico, bancário ou fiscal”, observou ele.

Amir Lando explicou que a subcomissão é uma genuína representação do Senado e, como tal, tem o dever de aprofundar a fiscalização dos fatos que foram objeto da CPI. “Essa subcomissão é uma derivação da CPI do Judiciário. As atribuições a ela conferidas são eminentemente investigativas e, como investigação, temos o dever de ir a fundo, descobrir o que realmente aconteceu e expor à nação.” O senador lembrou que “a nação tem expectativa e direito a um esclarecimento cabal de tudo o que aconteceu”.

Heloísa Helena cobra agilidade do Banco Central no rastreamento de operações

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez um apelo para que o Banco Central (BC) “cumpra sua obrigação” e providencie com urgência o rastreamento de todas as operações bancárias das pessoas e empresas envolvidas no escândalo do tribunal trabalhista de São Paulo. Segundo a senadora, é necessário descobrir quem são os beneficiários “dessa quadrilha que saqueou os cofres públicos”.

— O povo brasileiro e o Congresso Nacional não sabem ainda onde está o dinheiro, quem usou o dinheiro, quem se beneficiou do dinheiro com esse esquema maldito de corrupção. Isso é responsabilidade efetiva do Banco Central, portanto, do governo federal, do governo de Fernando Henrique Cardoso — disse.

A parlamentar criticou a demora no envio dessas informações à Subcomissão Permanente do Judiciário e advertiu que, se o BC não submeter o quanto antes o resultado do rastreamento dessas contas, a sociedade poderá iniciar o movimento “basta de corrupção, queremos nosso dinheiro de volta”.

Heloísa Helena voltou a defender a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar, com profundidade, a operação da construção da sede do fórum trabalhista de São Paulo, como também as denúncias de tráfico de influência e possível envolvimento de altos funcionários do Executivo no escândalo. Ela também lamentou que os poderes de investigação da subcomissão sejam limitados, citando, como exemplo, não poder quebrar o sigilo bancário e fiscal dos envolvidos.

A líder do Bloco Oposição pediu ainda a imediata aprovação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção negociada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). De acordo com a senadora, hoje existem instrumentos legais e procedimentos formais para combater a corrupção, tais como a convenção da OEA, mas o pro-

blema está na impunidade, que, na sua opinião, “é o oxigênio fundamental da bandalheira, dos crimes contra a administração pública e da corrupção”.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o Banco Central só funciona quando trata do “interesse de particulares e escusos”, citando o envolvimento do ex-presidente da instituição, Chico Lopes, com a venda de dólares abaixo do câmbio oficial ao banqueiro foragido Salvatore Cacciolla. Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também em aparte, disse que não se pode “furtar” o direito do parlamentar de obter as informações sobre a quebra de sigilo bancário, pois trata-se da defesa do interesse público.



Para Heloísa, o Banco Central é que deve informar para onde foi o dinheiro da obra do TRT

Suplicy critica proposta de reforma tributária

Senador afirma que o governo, ao apresentar suas sugestões de forma “descuidada e sem maiores explicações”, mostra que não deseja fazer mudança profunda, mas apenas ajustes pontuais que o ajudem a cumprir meta de acordo com o FMI

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem a proposta de reforma tributária apresentada recentemente pelo governo, “de forma descuidada e sem maiores explicações”. Para ele, ficou claro que o governo não deseja fazer uma reforma, preferindo manter a atual situação — “uma vez que nunca arrecadou tanto”.

Suplicy disse que enquanto o Congresso discute propostas de



Suplicy destacou a proposta de reforma defendida pela oposição desde 1995

reforma, o Ministério da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal vão fazendo ajustes pontuais que visam, fundamentalmente, aumentar a arrecadação para alcançar as metas de ajuste fiscal estabelecidas no acordo com o FMI, mesmo sacrificando a eficiência da economia e sobrecarregando os setores mais carentes da população.

O senador elogiou a proposta de reforma que vem sendo defen-

dida pela oposição desde 1995, baseada em princípios que criariam condições fiscais para realizar gastos expressivos na área social, reverter o processo de desmantelamento do aparelho estatal, objetivando recuperar suas condições de funcionamento.

— Esta proposta alteraria a injustiça do atual sistema que onera, proporcionalmente mais, os setores de baixa renda. Em vez de apresentar uma proposta séria e detalhada, o governo optou por lançar uma mera sugestão de emenda constitucional aglutinativa, colocada na página do Ministério da Fazenda na Internet, sem qualquer explicação ou indicação das medidas infracons-

titucionais que considera adequadas — analisou.

Para Suplicy, cabe ao Executivo liderar uma discussão abrangente que promova a conciliação das divergências e conflitos de interesse que certamente surgirão, quando se quiser reformar, de fato, o sistema tributário. A Câmara dos Deputados, lembrou o senador, através de comissão especial, elaborou um projeto de reforma tributária, que o governo não parece ter levado a sério.

— Quanto ao Senado, é preciso que participe mais ativamente do tema, para não desempenhar, mais uma vez, o papel de Casa carimbadora do que for aprovado na Câmara — afirmou.



Tião Viana: escolas não formam médicos que saibam cuidar do ser humano de forma integral

Viana quer mais firmeza do MEC no controle de faculdades

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou ontem a decisão do Ministério da Educação (MEC) de fechar três faculdades de Medicina por não estarem atendendo aos requisitos mínimos de qualidade de ensino. No entanto, ele disse esperar mais firmeza do MEC no que diz respeito ao controle do conteúdo do ensino médico. Tião Viana afirmou que muitas escolas privadas não têm capacidade para atender às necessidades da população.

Citando o professor Antonio Márcio Lisboa, Tião Viana disse que o ensino no Brasil tem formado ultra-especialistas ao invés de preparar médicos que cuidem das doenças mais corriqueiras e que saibam cuidar do ser humano de forma integral.

— Hoje, não se sabe para que se forma o médico. Parece que é só para atender ao mercado e colaborar com o aumento dos lucros dos laboratórios — assinalou, acrescentando que os donos de escolas médicas não são médicos comprometidos com a ética humanista, mas empresários que buscam apenas o lucro financeiro. “Não se tem garantia da qualidade do ensino”, disse.

O senador defendeu a adoção de conceitos, conteúdo e metas bem definidas para as faculdades de Medicina e anunciou que proporá na Comissão de Educação a criação de uma subcomissão para avaliar a situação da medicina no Brasil.

Alcântara destaca relatório da ONU sobre desenvolvimento social

A relação entre o fortalecimento da democracia e o fim da pobreza mundial é a principal questão destacada pelo Relatório da ONU 2000, cujas conclusões apontam para a busca de uma perfeita identidade entre desenvolvimento e direitos humanos. Os resultados do trabalho patrocinado pela Organização das Nações Unidas foram apresentados ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Apesar de reconhecer as desigualdades de todo gênero existentes no mundo, o relatório faz um balanço positivo dos avanços registrados neste século, particularmente após a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, observou o senador.

Conforme Alcântara, o relatório mostra que, nas três últimas décadas, “houve mais educação, mais programas sanitários e mais investimentos nas áreas subdesenvolvidas do mundo”. Assim, de 1970 a 1998, a esperança média de vida nos

países do Terceiro Mundo aumentou em dez anos (de 55 para 65 anos), a taxa de alfabetização de adultos foi de 48% para 72% e a mortalidade infantil foi reduzida de 111 para 64 mortes por mil crianças nascidas vivas.

A ONU também reconhece, segundo o senador, que esses avanços não foram registrados em todo o mundo subdesenvolvido: a situação dos países da África subsariana, como Angola, Somália, Etiópia, Eritreia, Serra Leoa e Congo, é no mínimo desesperadora. Na mesma região, acrescentou, há quase 30 milhões

de pessoas contaminadas pelo vírus HIV e as estimativas são de que, em cinco anos, esse número chegue a 40 milhões.

Outro ponto do relatório da ONU destacado por Lúcio Alcântara foi o reconhecimento de que o impacto da globalização nas sociedades subdesenvolvidas foi adverso: ao invés de progresso, “contribuiu bastante para aprofundar as contradições sociais”, aumentando a distância entre ricos e pobres.



Alcântara: relatório mostra relação entre democracia e redução dos níveis de pobreza

Senador defende manutenção da fila única para doação de órgãos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou sua preocupação com o movimento pela alteração do dispositivo da lei de doação de órgãos que trata da fila única. Alcântara definiu o dispositivo, que permite a qualquer pessoa ser atendida independentemente de situação financeira, influência ou prestígio, como um dos instrumentos mais sérios da lei.

— Sem essa lei, seguramente, o Brasil estaria pior. Até porque muitas das coisas que se faziam nesse setor se faziam sem nenhuma cobertura legal — afirmou o senador, acrescentando que a lei veio para colocar a doação de órgãos em seus devidos termos. Tendo defendido arduamente a lei no Senado, ele se disse preocupado com a tentativa de alteração da fila única, já denunciada pelo jornalista Elio Gaspari. Conforme Alcântara, propiciar a qualquer um receber órgãos é uma das características mais democráticas da lei, que coloca todos em pé de igualdade, permitindo um maior controle da sociedade nesse assunto. “Igualando pessoas independentemente de raça, condição social, condição econômica ou crença religiosa, essa lista única evita que aquele que tem pistolão ou dinheiro fure a fila”, observou ele.

O senador relatou que os interessados em alterar essa norma alegam a necessidade de levar em conta a gravidade de uns pacientes sobre outros e a necessidade de aumentar o número de transplantes em alguns hospitais. Para Lúcio Alcântara, “o que há é um movimento sorrateiro para abalar o critério de equidade e justiça traduzido pela lista única”.

Ele também lembrou que, quando o projeto tramitava no Senado, seus críticos diziam que a iniciativa serviria apenas para facilitar aos ricos receber órgãos doados pelos pobres, para saquear bancos de órgãos e para a venda de partes do corpo humano, o que o senador assegura que jamais se confirmou.

— A essas críticas, eu sempre respondi que essa lei era uma das primeiras no Brasil que ia dar chance ao pobre, ao humilde, ao desempregado, por causa da fila única. Então, não podemos permitir que se mexa nessa grande conquista da lei — disse o parlamentar.

O senador admitiu, contudo, que se uma criança estiver em primeiro lugar na lista para receber um coração e se o órgão disponível para doação é de um adulto, a fila pode ser furada para que se beneficie o paciente seguinte. Da mesma forma, ele admite que a fila pode ser furada para atender às exigências da compatibilidade. “Às vezes, o órgão doado não é compatível histologicamente com o da pessoa que vai recebê-lo. Mas isso já tem critérios bem definidos. Não há por que se mexer nisso”, esclareceu.

Freire propõe suspensão de dívidas de PE e AL

Senador considera necessário dar aos estados atingidos por enchentes um ano sem a obrigação de realizar os pagamentos à União. Mas ressalva que é contrário a “qualquer anistia, a não ser a política”

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentará projeto de resolução propondo a suspensão por um ano das dívidas dos estados de Pernambuco e Alagoas com a União, para que os governadores possam aplicar recursos na recuperação dos danos provocados pelas últimas enchentes. A informação foi prestada pelo senador por telefone à Agência Senado. Freire está no Recife recuperando-se de uma cirurgia de apêndice.

— As enchentes que atingiram Re-



Roberto Freire foi o autor da proposta de criação da Comissão das Enchentes

cife e Maceió provocaram estragos na agricultura, no comércio, e causaram graves transtornos para aquelas populações. Com a suspensão do pagamento das dívidas de Pernambuco e de Alagoas e mais os recursos que o governo federal vai liberar, cerca de R\$ 120 milhões, esperamos que as autoridades estaduais possam dispor de melhores meios para trabalhar na recuperação dos prejuízos — avaliou Freire.

Autor da proposta de criação da Comissão das Enchentes, Roberto Freire relatou que os governado-

res de Pernambuco e Alagoas já visitaram as localidades atingidas pelas chuvas, acompanhados pelos membros da comissão, que na última quinta-feira se reuniram com o presidente Fernando Henrique. O senador disse que é “absolutamente contra qualquer anistia, a não ser a política”. Mas a suspensão do pagamento das dívidas, no caso, é uma atitude necessária para que sejam tomadas medidas capazes de socorrer os desabrigados e também realizar obras como desobstrução dos rios e contenção de encostas.

Tebet quer corrigir omissão de MS no texto constitucional

Com apoio de 28 parlamentares, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) para alterar o artigo



Tebet: maior parte do Pantanal está em Mato Grosso do Sul

225 da Carta, que na redação de seu parágrafo 4º omite a citação do estado de Mato Grosso do Sul na referência feita à localização da região do Pantanal. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

O senador observa, na justificativa de sua proposta, que “o texto da Lei Maior há que ser objetivo e claro, estabelecendo sem dúvida e com coerência o que se pretende ter como referência legal”. No caso do Pantanal, acrescenta Tebet, tomando-se os territórios dos municípios que o constituem — um total aproximado de 159 mil km² —, observa-se que 66,5% da área encontram-se no estado de Mato Grosso do Sul, enquanto Mato Grosso teria 33,5% da região.

Ele cita publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de autoria de Antônio Brasil e Sílvia Alvarenga, abordando o assunto. No artigo, os autores relacionam 12 áreas de sub-bacias que são identificadas como pantanais. Segundo os autores, é preciso reconhecer que a grande área do Pantanal está inserida, em sua maior parte, no estado de Mato Grosso do Sul.

— Fica claro que o dispositivo constitucional carece de exatidão, por vincular a denominação do Pantanal somente a um dos estados — argumenta o senador.

A emenda de Tebet quer adequar a referência ao Pantanal à efetiva localização geográfica e política da região, “explicitando os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, onde se localiza a área objeto de preservação, e, por suas riquezas, um patrimônio nacional”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h — TV Escola — Educação Ambiental — Crescimento urbano
5h30 — Cores do Brasil — Paraíba
6h — Saúde/Unip — Papiloma vírus — parte 1
6h30 — Cidadania — Senadora Emilia Fernandes e João Vicente Goulart
7h30 — Entrevista — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário e fiscal
8h — Jornal do Senado
8h30 — TV Escola — Educação Ambiental — Crescimento urbano
9h — Cores do Brasil — Pernambuco
9h30 — Entrevista — Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
10h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — Subcomissão do Judiciário (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)
19h30 — Cidadania — Senadora Emilia Fernandes e João Vicente Goulart
20h30 — Entrevista — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre

sigilo bancário e fiscal

21h — Jornal do Senado

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado Federal (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Cabral teme que mudança na Lei de Informática prejudique Zona Franca

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou ontem o seu temor de que as alterações na Lei de Informática, em discussão em três comissões do Senado, destruam um dos principais objetivos da Zona Franca de Manaus, que é a sustentabilidade da região. Os atuais estudos, lembrou o senador, têm em vista a criação de vantagens fiscais para a produção de componentes em todo o território nacional, beneficiando empresas instaladas fora da Zona Franca.

Cabral lembrou que o legislador constituinte garantiu incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus visando à redução das desigualdades regionais e acrescentou que nenhum dispositivo da Constituição prevê a concessão de incentivo ou renúncia fiscal específica para grupos de empresas de determinadas atividades econômicas. O parlamentar leu em Plenário documento do vice-governador do Amazonas, Samuel Hanan, remetido ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, no qual expressa a preocupação sobre a questão.

O vice-governador, um especialista no assunto, de acordo com Cabral, entende que é preciso fazer o caminho inverso, isto é, adensar a cadeia produtiva das indústrias instaladas na Zona Franca, ao contrário do que apontam os estudos do governo. Na opinião de Hanan, caso ocorra a ampliação das vantagens fis-



Bernardo Cabral estranha “coação” para que a Amazônia fique deserta

cais, e se houver mais rigor nos Processos Produtivos Básicos, com maior exigência sobre a nacionalização de insumos usados para a fabricação de componentes eletroeletrônicos, haverá redução das vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus, assegurada por lei pelo prazo de 25 anos, a partir da promulgação da Constituição.

Cabral afirmou que o vice-governador deixa claro que as alterações pretendidas pelos técnicos não trarão soluções para resolver os problemas na área de componentes, mas apenas deslocarão no tempo a questão, com um custo elevado. O senador disse estranhar que, justamente quando se procura defender a soberania da Amazônia, começa-se a apresentar uma coação para que aquela área fique deserta.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Simon defende rejeição da Lei da Mordaza

O projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados acabaria com a liberdade e a autonomia de promotores, juizes, procuradores e delegados, que seriam obrigados a manter sigilo total sobre suas investigações, avalia o senador



Para Simon, a rejeição da proposta seria a maior homenagem do Senado ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho, falecido em julho

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que a rejeição à proposta que se tornou conhecida como Lei da Mordaza, já aprovada na Câmara dos Deputados, é a maior homenagem que o Senado poderá fazer ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho, falecido há um mês.

— Muitos governistas estão otimistas demais, certos de que, aprovado na Câmara, o projeto passará facilmente no Senado. Os que pensam assim vão se enganar — consi-

dera o senador. Ele acrescentou que nem a ditadura militar, apesar da censura, chegou ao ponto de colocar em lei semelhante restrição às atividades de delegados, promotores, procuradores e juizes. Pelo projeto, essas autoridades deverão atuar sob sigilo total nas investigações que realizam, divulgando-as apenas após a sentença final do juiz. “Tudo será jogado debaixo do tapete e não saberemos de nada”, declarou.

Um dos últimos pedidos de Barbosa Lima Sobrinho será atendido, conforme Simon: o de que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB) sejam ouvidas sobre o projeto em audiência pública a ser realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O governo, no entendimento do senador, está de tal forma empenhado na aprovação que o projeto passou a ser chamado de “Lei Fernando Henrique”. Além disso, segundo Simon, após o depoimento de Eduardo Jorge na Subcomissão do Judiciário, “o esforço que alguns homens do governo fizeram para tirar o ex-secretário-geral da Presidência da República do banco dos réus e colocar o promotor foi fantástico”. A seu ver, a grande imprensa e o governo passaram a fazer o mesmo. “O que

Fernando Henrique e a Fazenda não perdoam é o *show* dado pelos procuradores, porque no Brasil o mais difícil é prender gente importante”, afirmou, referindo-se aos dois procuradores que, com mandado judicial, entraram na casa do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes em busca de documentos.

— É isso que querem, que delegados, promotores e juizes ajam sem liberdade e autonomia, sob o manto do medo — insistiu. Para Simon, é forçoso reconhecer que num país caracterizado pela impunidade como o Brasil o trabalho dos jovens procuradores representa um movimento novo.

Senador lamenta morte de fundador do MDB gaúcho

A morte de Ervalino Plácido Bozzetto, aos 80 anos de idade, ocorrida ontem em Bento Gonçalves (RS), foi lamentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ex-prefeito do município, Bozzetto fez oposição ao regime militar e ajudou a criar o MDB gaúcho. Simon apresentou requerimento de voto de profundo pesar, além de condolências aos seus familiares. A presidência do Senado associou-se ao voto de pesar.

— Quando da extinção dos partidos políticos com a criação, pelo governo militar, da Arena e do MDB, Bozzetto empenhou-se como poucos na constituição do partido, que veio a presidir em várias ocasiões, sendo um lutador pela sua manutenção e crescimento, em especial naqueles momentos mais difíceis em que o desânimo rondava as hostes adversárias à Arena — recordou o senador.

Simon disse ainda que a vaidade de ocupar cargos e a mágoa ou ressentimento em relação aos que perseguiram Bozzetto não fizeram parte do ex-prefeito de Bento Gonçalves. “Era um patriota que estudava medicina, problemas sociais e economia. Gostava de debater as questões abertamente e era o pastor que orientava a todos”, frisou.

Lauro enviará ao MP denúncia contra Fernando Henrique

O senador Lauro Campos (PT-DF) comunicou ao Plenário que enviará ao Ministério Público Federal documento de 14 páginas que recebeu do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, contendo denúncia contra o presidente Fernando Henrique Cardoso, por ter enviado tropas federais para proteger a fazenda Dois Córregos contra ameaça de invasão, em julho, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A propriedade localiza-se no município de Buritis (MG).

— No documento, o governador informa que o Ministério Público



Segundo Lauro Campos, o documento foi preparado pelo governador Itamar Franco

de Minas considerou necessário avaliar se houve crime de responsabilidade do presidente Fernan-

do Henrique no episódio. Itamar Franco classificou a situação de “estado de pré-beligerância” entre a União e Minas Gerais, e me incumbiu de tomar providências. Entendo que os jovens procuradores da República saberão nos indicar os caminhos a seguir, para não deixar mais essa ofensa sem resposta — afirmou.

Segundo Lauro Campos, o governador mineiro garante no documento nunca ter havido distúrbios da ordem pública no município de Buritis que justificassem o envio de tropas do Exército. Para o senador, o governo federal confundiu

a figura de um proprietário de terras particulares com a do presidente da República.

O parlamentar afirmou ainda que o governador interpelou autoridades federais, entre elas os ministros da Defesa e da Justiça, pedindo explicações sobre o episódio.

— Em resposta, o porta-voz do Palácio do Planalto afirmou que as tropas federais foram usadas para impedir que a autoridade do presidente da República ficasse submetida a uma possível chantagem. Ora, se o governo federal pensa assim, é porque age dessa maneira — concluiu Lauro Campos.

Subcomissão sobre Orçamento vai se reunir em setembro

A subcomissão criada com o objetivo de aperfeiçoar o processo de elaboração orçamentária no Legislativo só deverá ter seus membros indicados após a realização da eleição do novo presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a ser realizada no próximo esforço concentrado do Congresso, previsto para o período de 12 a 14 de setembro. O atual presidente da comissão é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A criação da subcomissão foi decidida em reunião no dia 8 de agosto entre o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, e lideranças parti-

dárias da Câmara e do Senado.

Logo após o encontro que determinou a criação do colegiado, Antonio Carlos disse que, se não for possível mudar o caráter do Orçamento de autorizativo para impositivo já no ano que vem, os parlamentares deverão trabalhar para que a medida seja adotada a partir do Orçamento de 2002.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), comentou que a subcomissão deverá concluir os seus trabalhos no menor prazo possível. Ele acrescentou que o papel do colegiado será abrir caminho no sentido da adoção do Orçamento impositivo, que depende da

aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC).

Entre as matérias que deverão ser apreciadas pela subcomissão, criada no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, estão duas PECs atualmente tramitando no Senado. Uma delas é de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e aguarda parecer do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta torna obrigatória a execução da programação constante na lei orçamentária anual. A outra, do senador José Alencar (PMDB-MG), que se encontra na CCJ aguardando pa-



Arruda considera que a subcomissão abrirá caminho para um orçamento impositivo

recer do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), obriga a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.